

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.987 - SP (2018/0297005-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : DC LOGISTICS BRASIL LTDA  
**ADVOGADOS** : RICARDO MOISES DE ALMEIDA PLATCHEK - SC019659  
BRUNO TUSSI E OUTRO(S) - SC020783  
**AGRAVADO** : TOKIO MARINE SEGURADORA S.A  
**ADVOGADO** : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS -  
SP273843  
**INTERES.** : ONICRON TRANSPORTES LTDA  
**ADVOGADO** : DANIEL SARAIVA HAIGERT E OUTRO(S) - RS060474

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 7º, 371, 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; 131, 157, 265, 267, I e VI, 269, IV, 283, 284, 295, VI, 396, 397, 398 e 535 do Código de Processo Civil de 1973; 710, 721, 754, 786 do Código Civil; e 37, § 1º, do Decreto-Lei n. 37/1966, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 745):

ACÇÃO REGRESSIVA - TRANSPORTE DE CARGA - AVARIAS  
- RESSARCIMENTO PELA SEGURADORA À SEGURADA -  
COBRANÇA EM RELAÇÃO AO AGENTE MARÍTIMO E  
TRANSPORTADOR TERRESTRE - SENTENÇA DE PARCIAL  
PROCEDÊNCIA.

1. APELAÇÃO (DCLB LTDA.) - PRELIMINARES DE  
CERCEAMENTO E ILEGITIMIDADE PASSIVA REPELIDAS -  
MATÉRIA DE CONOTAÇÃO JURÍDICA - LEGITIMIDADE  
MANIFESTA - DOCUMENTOS ACOSTADOS DE  
CONHECIMENTO COMUM - PERÍODO PROBATÓRIO NÃO  
VENCIDO - DECADÊNCIA NÃO CARACTERIZADA -  
RENÚNCIA INEXISTENTE - DISTINÇÃO ENTRE SEGURO  
OBRIGATÓRIO E FACULTATIVO - TRADUÇÃO  
JURAMENTADA DESNECESSÁRIA - SOLIDARIEDADE  
EXISTENTE DIANTE DO PRINCÍPIO MULTIMODAL DO  
TRANSPORTE - RECURSO NÃO PROVIDO.

2. APELAÇÃO (ONICRON) - CERCEAMENTO INOCORRENTE  
- DESNECESSIDADE DA DILAÇÃO PROBATÓRIA - ÔNUS  
DINÂMICO DA PROVA - DOCUMENTO ESCRITO SEM  
CARÁTER ÚNICO - DESCONSTITUIÇÃO - ÔNUS DA PROVA

- LEGITIMIDADE PASSIVA INDIVIDUAL - REGRESSO -  
SÚMULA 188 DO STF - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO  
ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA - PREQUESTIONAMENTO  
NÃO CONFIGURADO - RECURSO DESPROVIDO.

3. AMBOS OS RECURSOS DESPROVIDOS.

Os embargos de declaração opostos pela agravante foram rejeitados, nos termos da seguinte ementa (fl. 793):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - NÃO INCIDÊNCIA DO  
ART. 1.022 DO CPC - CONOTAÇÃO INFRINGENTE VEDADA  
- REEXAME INADMISSÍVEL - RECURSO QUE BANHA A  
MÁ-FÉ PROCESSUAL - ADVERTÊNCIA - EMBARGOS  
REJEITADOS.

Sustenta a agravante, em síntese, que foi cerceado o seu direito de defesa, uma vez que não teve acesso aos documentos juntados aos autos pela parte contrária, e tendo em vista que as instâncias de origem não analisaram o pedido de produção de prova formulado pela agravante.

Argumenta que os documentos juntados extemporaneamente pela agravada não poderiam ser admitidos, bem como sustenta a ilegitimidade ativa da agravada para o ajuizamento da ação regressiva.

Assevera, por outro lado, que "a cláusula de dispensa do direito de regresso proíbe que a empresa seguradora ajuíze a respectiva ação regressiva, caso entenda que possui direito ao ressarcimento pela verba securitária eventualmente quitada" (fl. 821).

Sustenta que é agente de carga, e não, transportadora, e por isso, é parte ilegítima para figurar no polo passivo de demanda que discute atos de responsabilidade de transportadora, eis que é mero intermediário.

Aduz que a petição inicial da ação de regresso não foi instruída com os documentos necessários à sua propositura, notadamente o documento que comprova a sub-rogação da agravada e a tradução juramentada dos documentos estrangeiros.

Afirma, ademais, que "a seguradora da Recorrida não exerceu o seu dever de protestar os supostos danos ocasionados na carga em face da Recorrente, decaindo seu

direito de reclamar qualquer avaria ou extravio na carga em desfavor desta, fato que, por consequência, impede que a Recorrida tente exercê-lo por sub-rogação" (fl. 831).

Alega, por fim, que deve ser afastada a solidariedade entre as partes reconhecida pelo Tribunal de origem.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Inicialmente, em relação à suposta ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, verifico que não existe omissão ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ademais, não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido.

No mérito, observo que o Tribunal de origem afastou o alegado cerceamento de defesa e a nulidade da sentença; concluiu pela legitimidade ativa da agravada e pela legitimidade passiva da ora agravante; afastou a alegação de decadência, assim como reconheceu ser solidária a responsabilidade das rés ao pagamento à autora, ora agravada, em regresso dos danos materiais suportados, conforme se extrai dos seguintes excertos (fls. 747/756):

(...)

Ambos os recursos, embora redigidos em longos arrazoados, mostram-se inconsistentes.

O ponto nodal da questão repousa na prova inconteste de ter a seguradora indenizado a segurada, haja vista avarias das mercadorias provenientes da Alemanha e, sem sombra de dúvida, não chegaram incólumes ao destino.

Traduz-se nessa interlocução o pleito indenizatório via regresso, baseado na Súmula 188 do STF, cujas premissas desenvolvidas pelas correqueridas representam nada mais, nada menos do que o excessivo apego ao formalismo para infirmar a respectiva responsabilidade ampla e integralmente corroborada.

Nessa vertente, as mercadorias, conforme revelam as fotos, saíram do porto alemão de Hamburgo, tiveram como destino a cidade de Porto Alegre e, depois, pela via terrestre, seguiram rumo à empresa destinatária importadora da carga, América Tampas, oportunidade na

qual uma parte estava com avarias, prontamente identificada (10 pallets, contendo 15 caixas, totalizando 585 unidades de tampas de gatilho para recipientes plásticos).

Sobredita carga fora desembarcada em maio de 2014, sendo correto afirmar que nenhuma das corrés atacou o coração da pretensão exordial, resvalando em aspectos acessórios e distantes da circunstância apegada à responsabilidade do transportador, tanto marítimo, mas também terrestre, por se cuidar de transporte multimodal.

Feito esse breve, mas necessário, escorço, por uma questão técnica, examino o recurso da empresa DC Logistics Brasil Ltda.

Não é consistente.

Ritmadas ambas as corrés pelo encontro de aspectos formais, tentam descaracterizar a demanda, articulando questiúnculas extremamente fora da realidade do embasamento securitário e das premissas que cercam a responsabilidade do transporte multimodal.

Forrado nesses aspectos e dispensadas quaisquer outras matérias supérfluas, logo se constata que a responsabilidade revela-se evidenciada quando as mercadorias chegaram avariadas ao destino e a cobertura do seguro previa que a seguradora indenizasse a segurada para a exigência do regresso previsto na legislação e até em Súmula do STF.

Desde logo, cabe refutar o argumento do cerceamento e da nulidade da sentença, isto porque, formado o livre convencimento, o juízo fez a prestação jurisdicional nos limites do objeto litigioso e da matéria sujeita à resistência.

Não cabe, até para melhor transparência dos fatos, o desentranhamento de documentos, os quais são comprobatórios das avarias e eximem dúvida sobre o pagamento feito pela seguradora.

Seguindo essa realidade, a legitimidade ativa é inequívoca, e também a legitimidade passiva, isto porque cabe ao transportador, desde a origem até o destino, manter a carga em condições de entrega tal qual a recebeu no seu próprio destino.

E não foi isto que observamos, com as ressalvas e assinalação de fotos, tudo isso resultando nas avarias das mercadorias, comunicação formalizada e a resistência de não querer indenizar.

E frise-se, nesse aspecto, que a discussão está adstrita a soma bastante reduzida, nada vultosa, em torno de R\$ 7.000,00, oferecendo as correqueridas enorme resistência, sem o exercício da culpa para efeito de indenização à seguradora.

E aqui não se invoca, de modo algum, relação de consumo ou a ela

interligada, diante dos fatos relatados e da decisão que reconheceu solidária responsabilidade das correqueridas, diante do laudo e da certeza no sentido de que não agiram com o profissionalismo empresarial a fim de que as cargas chegassem incólumes ao destino (veja laudo de avaria, fls. 111 e ss.).

As fotos também trazidas espancam qualquer dúvida e aparam as arestas, a fim de demonstrar que o produto continha avarias, caixas amassadas, não estando adequado para a finalidade do uso.

Não se cogita, de igual modo, na decadência ou na perda do direito de demandar, na medida em que a própria segurada cuidou de encaminhar o protesto em maio de 2014 para a empresa Onicron, dando-lhe conhecimento a respeito do acontecido e da constatação feita em vistoria particular.

O procedimento tem por escopo a pacificação e a ordem pública, presumidamente, tais documentos se encontravam na posse da assegurada, não havendo motivo ou razão para considera-los serôdios e sujeitos ao desentranhamento.

Examinados todos os aspectos feridos no recurso encaminhado pela empresa, os argumentos se pulverizam e não resistem à simples análise do contexto para fazer prevalecer a sentença hostilizada, não havendo espaço em termos de prequestionamento.

(...)

No elemento responsabilidade solidária, essa prevalece, isto porque não se diagnosticou o momento da avaria e, portanto, os transportadores marítimo e terrestre se encarregam de ressarcir o prejuízo, sem possibilidade alguma de mensurá-lo ou de dirigir valor, por se tratar de uma obrigação integral monitorada pela contratação e o não exercício profissional para o qual o negócio jurídico fora consumado.

(...)

Confluentes esses fatores e deflagrada a culpa evidenciada das empresas solidariamente responsáveis, outro não poderia ser o resultado aplicado ao caso concreto.

(...)

Com efeito, observo que rever as referidas conclusões do acórdão recorrido demandaria o reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

Além disso, convém registrar que a jurisprudência do STJ possui o

entendimento no sentido de que, ao efetuar o pagamento de indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiros, a seguradora se sub-roga nos direitos daquele, podendo buscar o ressarcimento do que despendeu nos mesmos termos e limites que assistiam ao segurado. A propósito, confira-se:

RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. RECURSO. NÃO CABIMENTO. TRANSPORTE MARÍTIMO DE MERCADORIA. PERDA TOTAL DO BEM SEGURADO. CULPA DO TRANSPORTADOR. AÇÃO DE REGRESSO. SEGURADORA. PRAZO PRESCRICIONAL ANUAL. SÚMULA Nº 151/STF. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO.

1. Apresenta-se desprovido de conteúdo decisório e, assim, insusceptível de causar gravame às partes, o ato que, em juízo de retratação, reconsidera anterior pronunciamento e determina inclusão do feito em pauta, não autorizando, por conseguinte, a interposição de nenhum recurso.

2. Discute-se nos autos, em essência, o termo inicial do prazo prescricional para que a seguradora, em ação regressiva, pleiteie o ressarcimento do valor pago ao segurado por danos causados à mercadoria no decorrer do transporte marítimo.

**3. Ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em razão de danos causados por terceiros, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, podendo, dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, buscar o ressarcimento do que despendeu, nos mesmos termos e limites que assistiam ao segurado.**

4. No caso de não se averiguar a relação de consumo, observa-se o prazo prescricional de 1 (um) ano para propositura de ação de segurador sub-rogado requerer do transportador marítimo o ressarcimento por danos causados à carga, nos termos da Súmula nº 151/STF e do art. 8º, caput, do Decreto-Lei nº 116/1967.

5. O termo inicial do prazo prescricional para seguradora sub-rogada propor ação de regresso é a data do pagamento integral da indenização ao segurado. Precedentes.

6. Embargos de declaração de fls. 731/736 não conhecidos. Recurso especial conhecido e não provido.

(REsp 1.297.362/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 2.2.2017) (grifo nosso)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites previstos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

